

CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 01.599.296/0001-71

Relatório da Administração - Exercício de 2018

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

O lucro líquido da Companhia atingiu os R\$ 142,3 milhões, o que representa um acréscimo de 4,9% em relação ao lucro alcançado no exercício anterior, propiciando assim uma rentabilidade sobre patrimônio líquido médio de 36,1%. O patrimônio líquido da Companhia no final do exercício de 2018 ficou em R\$ 340,0 milhões.

Os ativos financeiros da Companhia ao final do exercício de 2018 atingiram o patamar de R\$ 3.014,8 milhões, já as provisões técnicas ficaram em R\$ 2.643,3 milhões, o que representa

um crescimento de 6,3% em relação ao saldo de 2017.

A CAIXA CAPITALIZAÇÃO contemplou, em 2018, mais de 7 mil clientes, tendo distribuído um total de R\$ 34,2 milhões em prêmios.

Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados - a títulos de dividendos - a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no exercício. Diante da atual capacidade financeira, os títulos classificados na categoria "até o vencimento", conforme Circular SUSEP nº 517/15, serão mantidos até o vencimento.

Considerações Finais e Agradecimentos
A CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas - representados pela Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda, Sul América Capitalização S.A. e Icatu Seguros S.A. -

do Conselho de Administração, do Conselho Consultivo Financeiro, do Conselho Fiscal e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em especial, agradece aos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é construir uma relação ética e duradoura com nossos clientes.

Por fim, a CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional e da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados por todos são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar, com competência e dinamismo, nossos desafios.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019

A Administração

Balanco Patrimonial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2018	31/12/2017		Nota	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		588.528	1.181.742	CIRCULANTE		2.798.578	2.625.037
Disponível		5.623	3.380	Contas a pagar		138.372	125.112
Caixa e bancos		5.623	3.380	Obrigações a pagar	7.1	38.958	35.241
Aplicações	5	528.841	1.122.173	Impostos e encargos sociais a recolher		495	429
Títulos e créditos a receber	6	43.998	52.012	Encargos trabalhistas		602	642
Títulos e créditos a receber	6.1	6.481	11.153	Impostos e contribuições	7.2	90.938	84.198
Créditos tributários e previdenciários	6.2	37.393	40.823	Outras contas a pagar		7.379	4.602
Outros créditos		124	36	Débitos de operações com capitalização		16.331	11.870
Outros valores e bens		348	344	Débitos operacionais		16.331	11.870
Outros valores		348	344	Depósitos de terceiros	8	536	1.907
Despesas antecipadas		50	340	Provisões técnicas - capitalização	10	2.643.339	2.486.148
Custos de aquisições diferidos		9.668	3.493	Provisão para resgates		2.566.740	2.421.112
Capitalização		9.668	3.493	Provisão para sorteio		66.270	55.293
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.807.608	2.125.000	Provisão administrativa		10.329	9.743
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.807.301	2.124.771	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		257.550	233.160
Aplicações	5	2.485.918	1.853.447	Contas a pagar	7	5.494	9.922
Títulos e créditos a receber		285.881	257.650	Tributos diferidos	7.3	5.494	9.922
Créditos tributários e previdenciários	6.2	36.060	34.953	Outros débitos		252.056	223.238
Depósitos judiciais e fiscais	9	249.821	222.697	Provisões judiciais	9	252.056	223.238
Custos de aquisição diferidos		35.502	13.674	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	340.008	448.545
Capitalização		35.502	13.674	Capital social	11.1	210.000	210.000
Investimentos		4	4	Reservas de lucros	11.2	121.767	223.662
Outros investimentos		4	4	Ajuste de avaliação patrimonial		8.241	14.883
Imobilizado		222	174	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.396.136	3.306.742
Bens móveis		222	174				
Intangível		81	51				
Outros intangíveis		81	51				
TOTAL DO ATIVO		3.396.136	3.306.742				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
Descrição	Capital Social	Aumento capital em aprovação	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	210.000	-	211.982	(33.890)	-	388.092
Dividendos complementares: AGOE de 31.03.2017	-	-	(91.829)	-	-	(91.829)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	48.773	-	48.773
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	135.749	135.749
Proposta de destinação do Resultado						
Reserva legal	-	-	6.788	-	(6.788)	-
Reserva de lucros	-	-	96.721	-	(96.721)	-
Dividendos (R\$ 4.030,04 por ação)	-	-	-	-	(32.240)	(32.240)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	210.000	-	223.662	14.883	-	448.545
Dividendos complementares de exercícios anteriores a 2017: ATA do CA de 15.01.2018	-	-	(113.710)	-	-	(113.710)
Antecipação de dividendos complementares do exercício anterior: ATA do CA de 15.01.2018	-	-	(74.050)	-	-	(74.050)
Dividendos complementares: AGOE de 29.03.2018	-	-	(22.671)	-	-	(22.671)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(6.642)	-	(6.642)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	142.342	142.342
Proposta de destinação do Resultado						
Reserva legal	-	-	7.117	-	(7.117)	-
Reserva de lucros	-	-	101.419	-	(101.419)	-
Dividendos (R\$ 4.225,79 por ação)	-	-	-	-	(33.806)	(33.806)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	210.000	-	121.767	8.241	-	340.008

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais
A Caixa Capitalização S.A., sediada em Brasília - DF, doravante referida também como "Companhia", tem como controladora direta a Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. Sua controladora indireta no Brasil é a Caixa Seguros Holding S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances e tem por objeto social atuar no segmento de capitalização. A Companhia iniciou suas operações em julho de 1997 e mantém atualmente a comercialização dos seguintes produtos:

- Pagamento mensal: Ideal Cap, Ideal Cap Empresarial, Ideal Cap Aposentadoria, Ideal Cap Servidor Público, Ideal Cap Net, Cap Torcedor, Cap Futebol e SuperXcap.
- Pagamento único: Caixacap Sucesso, Acoplados e Cap Aluguel.

2. Resumo das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação
As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2019.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa
A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4 Ativos Financeiros
2.4.1 Classificação e reconhecimento
A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (para negociação), empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (para negociação), disponíveis para venda e mantidos até o vencimento
Os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são valorados pelo valor investido acrescido dos rendimentos incorridos até a data base do balanço. Os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa no resultado do exercício (títulos classificados como "para negociação") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponível para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos, em consonância com o que dispõe a regulamentação, são classificados segundo instruções emitidas pela Companhia para o administrador do fundo, nas categorias "para negociação" ou "mantidos até o vencimento". Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perdas.

b. Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por crédito das operações de capitalização. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado e são avaliados por *impairment* (recuperação) a cada data de balanço.

2.4.2 Mensuração
O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

b. Títulos da dívida agrária: O cálculo do valor de mercado é feito conforme o modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que usa o valor de curva dos papéis, através de precificação segundo a taxa de aquisição.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5 Impairment
2.5.1 Impairment de ativos financeiros
A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

a. Ativos registrados ao custo amortizado
Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

b. Ativos classificados como disponível para venda
No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.

Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

2.5.2 Impairment de ativos não financeiros
Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.6 Provisões técnicas
As Provisões Técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas. Adicionalmente é realizada auditoria atuarial independente, com o objetivo de avaliar de forma autônoma e imparcial os principais procedimentos e cálculos atuariais, relacionados a provisões técnicas, bases de dados, ativos redutores da necessidade de cobertura de outras provisões técnicas, dentre outros aspectos que afetam a solvência da companhia, sendo de periodicidade anual, com data-base em 31 de dezembro.

A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída por um percentual aplicado sobre os valores recebidos dos subscritores, sendo atualizada mensalmente, nas datas de aniversário dos respectivos títulos, pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança e capitalizada de acordo com a taxa de juros também vinculada às cadernetas de poupança. Esses parâmetros estão relacionados nas notas técnicas e nas condições gerais de cada produto.

A Provisão para Resgate (PR) contempla as transferências da Provisão Matemática para Capitalização e é subdividida em: i) Provisão de Resgates Antecipados: títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador de resgate; e ii) Provisão de Resgates Vencidos: títulos vencidos.

A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída segundo percentual definido em Nota Técnica para cada plano. Nos planos do tipo Pagamento Único essa Provisão é calculada pelo método de "risco" com remuneração mensal estabelecida em Nota Técnica.

A Provisão de Sorteios a Pagar (PSP) é constituída para todos os títulos já sorteados e ainda não pagos, cujo fato gerador é a efetiva realização do sorteio.

A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas, observadas as regulamentações específicas vigentes.

2.6.1 Características dos Produtos

O quadro a seguir apresenta as modalidades, taxas de carregamento e taxa de juros dos produtos comercializados pela Companhia em 31/12/2018:

Produto	Modalidade	Taxas de carregamento	Taxas de juros
IdealCap	PM	1ª 83,8571%	0,35%
		2ª a 3ª 87,4286%	
		4ª a 8ª 27,4286%	
		9ª a 60ª 0,4628%	
Confiança Cap	PU	4,7954%	0,35%
Sucesso	PU	8,9269%	0,35%
Cap Aluguel 12 meses	PU	5,7928%	0,50%
SuperXCap (2013)	PM	1ª 85,5060%	0,35%
		2ª a 3ª 86,5084%	
		4ª a 7ª 26,5084%	
		8ª a 60ª 0,0990%	
SuperXCap (2016)	PM	60 parcelas, sendo:	0,35%
		1ª 85,6415%	
		2ª 86,4184%	
		3ª 86,4159%	
		4ª a 5ª 26,4184%	
A partir da 6ª:			
Parcelas múltiplas de 3:			
0,0584%			
Demais: 1,0609%			
Acoplados	Acoplados	Entre 10,9553% e 33,3185%	Entre 0,08% e 0,10%

2.7 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.8 Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos são compostos por gastos que são diretamente incrementais e relacionados à origem ou renovação de contratos de capitalização, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos. Os custos de aquisição diferidos são amortizados segundo o prazo de contrato.

continua



☆ continuação

CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 01.599.296/0001-71

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.9 Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão.

As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material. A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista.

2.10 Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática e veículos - 20% a.a.

O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de sua utilização. A taxa de amortização utilizada pelo grupo é de 20% a.a.

2.11 Apuração do resultado

As receitas decorrentes da venda de títulos de capitalização e os respectivos custos apropriados por meio da constituição de provisões técnicas são registrados no resultado da Companhia quando do efetivo recebimento. Tal procedimento é utilizado tendo em vista que a diferença para o regime de competência é imaterial e que o regime de caixa é o exigido pela SUSEP.

Em relação aos títulos de pagamento único (PU), conforme previsto no inciso II, parágrafo 3º, art. 8º do anexo I à Circular SUSEP nº 517/2015, a Companhia mantém o reconhecimento de suas correspondentes receitas de forma integral no mês de sua emissão.

As participações nos lucros devidas aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.12 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais. A contribuição social sobre o lucro à alíquota de 20%, conforme Lei 13.169/2015. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.

2.13 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), equivalente à norma internacional IAS 17. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de escritório (como computadores pessoais, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor. Durante 2018, a Caixa Capitalização iniciou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2), porém até a emissão dessas demonstrações financeiras não foi concluído a mensuração do impacto.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - (CPC 48 - Instrumentos Financeiros) - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia a sua adoção depende da aprovação do órgão regulador. A Companhia planeja adotar a nova norma no momento da aprovação do órgão regulador e em conjunto com o IFRS 17, que está previsto para 2022.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para causas fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, baseado em informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25.

3.2 Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros

A Companhia segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está impaired. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

4. Gestão de riscos

O Solvência II exige a criação de um Chief Risk Officer, independente, assegurando a função de monitoramento do sistema de gestão de riscos. A Diretoria de Riscos - DIRRS foi criada com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco do Grupo Caixa Seguradora e atender essa exigência.

As responsabilidades da Diretoria de Riscos - DIRRS são:

- Definir a visão estratégica do Risk Appetite;
• Certificar da eficiência do dispositivo de monitoramento dos riscos (seguro, investimento e operacional);
• Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as políticas definidas pela Direção Geral do Grupo Caixa Seguradora e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios;
• Gerar alertas para gerências quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
• Implementar dentro do Grupo Caixa Seguradora e suas subsidiárias Solvência II, de acordo com as normas locais e assegurar seus direitos;
• Certificar de todo o monitoramento e da eficácia dos dispositivos existentes para acompanhamento dos riscos em todas as operações do Grupo Caixa Seguradora;
• Promover o risco na cultura do Grupo Caixa Seguradora para decisões seguindo políticas do grupo;
• Garantir a aplicação de controles em todas as subsidiárias do Grupo Caixa Seguradora.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Companhia permite que os riscos de Crédito, Subscrição, Mercado e Operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em uma estrutura de Controles Internos e compliance (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A DIRRS organiza um comitê chamado de Comitê de Governança de Riscos. Ele ocorre trimestralmente, mas, excepcionalmente, eles podem se reunir em caso de acontecimentos importantes.

4.1 Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo. Por meio da política de gerenciamento de liquidez são mantidos recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

A liquidez de médio e longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (ALM - Assets and Liabilities Management) definido na Política de Investimentos. O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

No caso da Companhia, o risco de liquidez é baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados "para negociação" e "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

Table with 5 columns: Até 1 ano, Mais de 1 ano Até 5 anos, Mais de 5 anos, Total. Rows include Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, Ativos financeiros disponíveis para venda (AFS), Ativos financeiros mantidos até o vencimento (HTM), Títulos e créditos a receber, Caixa e equivalentes de caixa, Total dos ativos financeiros, Provisões técnicas, Passivos financeiros, Total dos passivos financeiros.

4.2 Risco de mercado

4.2.1 Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras, ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia destacam-se: risco de taxa de juros, risco de derivativo e o risco de liquidez.

4.2.2 Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o Value-at-risk (VaR), o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
• Intervalo de confiança de 99%;
• Horizonte temporal de um dia; e
• Volatilidade sob o critério EWMA.

O Value-at-Risk da carteira de investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 9.135 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 5.613). Esse valor representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

4.2.3 Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os Fundos e Carteiras dos Clientes;
• Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos Fundos, conforme regras preestabelecidas;
• Acompanhar diariamente os limites de risco de cada Fundo, verificando seu enquadramento;
• Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (VaR) e de análise de perdas e ganhos (Stress Analysis); e
• Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à Área de Controle de Risco da Companhia:

- Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);
• Acompanhar diariamente os limites de cada Fundo, se certificando do seu enquadramento;
• Informar aos Gestores, os limites de alocação por ativo e os limites de VaR;
• Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reequacionamento dos fundos;
• Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC; e
• Informar mensalmente o VaR dos ativos à SUSEP.

4.3 Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros:

Table with 10 columns: Composição dos ativos, Caixa e equivalente de caixa, Valor justo por meio do resultado, Fundos de investimento, Letras financeiras do tesouro, Letras do tesouro nacional, Operações compromissadas, Outros, Disponíveis para venda, Letras financeiras do tesouro, Letras do tesouro nacional, Notas do tesouro nacional, TDA/Crédito securitizado, Mantidos até o vencimento, Letras do tesouro nacional, Notas do tesouro nacional, Letras financeiras, Títulos e créditos a receber, Exposição máxima ao risco de crédito.

5. Instrumentos financeiros

5.1 Resumo da classificação das aplicações

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão apresentados em outros valores.

Table with 10 columns: Valor de Mercado, Valor do Custo Atualizado, Valor de Mercado, Valor do Custo Atualizado, Sem Vencimento, Até 01 ano, Entre 01 e 05 anos, 05 anos, Acima de 05 anos, Percentual. Rows include Títulos para negociação, Fundos de investimento, Letras financeiras do tesouro, Letras do tesouro nacional, Operações compromissadas, Outros valores, Total, Disponível para venda, Letras financeiras do tesouro, Letras do tesouro nacional, Notas do tesouro nacional, TDA e créditos securitizados, Outros Ativos, Total, Mantidos até o vencimento, Letras do tesouro nacional, Notas do tesouro nacional, Letras financeiras, Outros valores, Total.

5.2 Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

Table with 4 columns: Saldo inicial, Aplicações, Resgates, Rendimentos, Ajuste ao valor justo, Saldo final. Rows show values for 31/12/2018 and 31/12/2017.

5.3 Estimativa do valor justo

A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
• Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável;
• Nível 3 - títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável; e
• Contas a receber/Contas a pagar - Valor de caixa e contas a pagar/receber dos fundos exclusivos e que não necessitam de modelo de precificação.

Table with 5 columns: Descrição, AFS, MTM, HTM, Total. Rows include Nível 1, Nível 2, Contas a receber/Contas a pagar, Total.

Table with 5 columns: Descrição, AFS, MTM, HTM, Total. Rows include Nível 1, Nível 2, Contas a receber/Contas a pagar, Total.

5.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de utilização de instrumentos derivativos, contratados através dos fundos de investimentos exclusivos, visa à proteção dos ativos contra os riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e observando-se os limites estabelecidos na regulamentação vigente. As operações objetivam a compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros.

A estratégia de gerenciamento dos riscos, num cenário de alta dos juros, está baseada na transformação de taxas prefixadas em taxas pós-fixadas. Com essa finalidade, são realizadas operações de compra de contratos de DI no mercado futuro.

O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão pelos detentores das posições em derivativos.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pelo officer de risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são apurados de acordo com a cotação de mercado e estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme quadros a seguir:

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2018, 31/12/2017, Vencimento em 31/12/2018 Até 01 ano. Rows include DI - Compromissos/Compra, Valor de referência, Valor justo, Resultado acumulado.

☆ continuação



☆ continuação

CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 01.599.296/0001-71

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.5 Análise de sensibilidade

5.5.1 Carteira de ativos

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: mantidos até o vencimento (HtM), disponível para venda (AFS) e mantidos para negociação (MtM).

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de Stress Test, o qual é feito para as classificações AFS e MtM.

Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do VaR das carteiras e o choque de 1 ponto base para taxa de juros. Este cenário contempla variações no índice Bovespa; curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco

	Value-at-Risk	DV-1
Ações		
Cotas Externas	5	-
TR	1	(12)
NTNB	327	(5.444)
LFT	2	(19.399)
Prefixado - DI	7.981	(53.365)
Total	8.316	(78.220)

5.6 Taxas de juros contratadas

A carteira de investimentos da Companhia dos títulos, classificados nas categorias disponível para venda e mantidos até o vencimento, possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	Taxa de juros contratada
Letras Financeiras do Tesouro	100% SELIC
Letras do Tesouro Nacional	Pré 7,94% a 15,59%
Notas do Tesouro Nacional	IPCA + 4,39% a.a. Pré 8,65% a 13,75%
Títulos da Dívida Agrária	TR + 10,50% a 11,56% a.a.

6. Títulos e créditos a receber

6.1 Títulos e créditos a receber

A composição dos títulos e créditos a receber é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Créditos a receber - Seguradora	665	985
Créditos a receber - Diversos	5.762	10.069
Outros títulos e créditos a receber	54	99
Total	6.481	11.153

6.2 Créditos tributários e previdenciários

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários decorrentes de adições temporárias podem ser resumidas como segue:

6.2.1 Composição de créditos tributários e previdenciários

	31/12/2018			
	Contribuição social Circulante	Imposto de renda Não circulante	Outros tributos Circulante	Total
Antecipações	5.493	20.133	-	25.626
A compensar	-	6.526	5.241	11.767
Adições temporárias	13.522	22.538	-	36.060
Total dos créditos tributários	5.493	13.522	26.659	22.538

	31/12/2017			
	Contribuição social Circulante	Imposto de renda Não circulante	Outros tributos Circulante	Total
Antecipações	6.262	22.368	-	28.630
A compensar	-	6.372	5.821	12.193
Adições temporárias	13.701	21.252	-	34.953
Total dos créditos tributários	6.262	13.701	28.740	21.252

6.2.2 Expectativa de efetiva realização das adições temporárias

Ano de Realização	31/12/2018		31/12/2017	
	Diferenças Temporárias Valor	A Compensar %	Antecipações Valor	%
2019	7.481	21%	11.767	100%
2020	27.308	76%	-	0%
2021	105	0%	-	0%
2022	659	2%	-	0%
2023	251	1%	-	0%
2024 a 2028	256	1%	-	0%
Total	36.060	100%	11.767	100%

O registro dos créditos tributários em curto e longo prazo seguiu a respectiva classificação contábil que originou o crédito.

6.2.3 Movimentação dos créditos tributários sobre adições temporárias

	31/12/2018	
	Contribuição Social	Imposto de Renda
Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.701	21.252
Constituições sobre diferenças temporárias	562	1.478
Realização sobre diferenças temporárias	(741)	(192)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	13.522	22.538
Efeito no resultado das constituições e realizações	(179)	1.286

Os créditos tributários originam-se, substancialmente de adições temporárias e provisões contingenciais.

7. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

7.1 Obrigações a pagar

A composição de obrigações a pagar, é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	1.683	688
Dividendos	33.806	32.240
Honorários e remunerações a pagar	1.138	984
Caixa Seguradora	2.329	1.327
Outras obrigações a pagar	2	2
Total	38.958	35.241

7.2 Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições são compostos substancialmente por IRPJ e CSLL. O Saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 90.938 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 84.198).

7.3 Tributos diferidos

O saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 5.494 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 9.922).

8. Depósitos de terceiros

A composição da conta de depósitos de terceiros, por data de pendência, é a seguinte:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Depósito de terceiros	Outros depósitos	Total	Depósito de terceiros	Outros depósitos	Total
De 1 a 30 dias	405	-	405	1.095	-	1.095
De 31 a 60 dias	2	-	2	2	-	2
De 61 a 120 dias	9	-	9	18	-	18
De 121 a 180 dias	5	35	40	135	-	135
De 181 a 365 dias	2	-	2	223	-	223
Acima de 365 dias	78	-	78	434	-	434
Total	501	35	536	1.907	1.907	1.907

9. Depósitos judiciais e fiscais, passivos contingentes e obrigações fiscais

A composição em 31 de dezembro de 2018 está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais		Contingências passivas	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ações judiciais cíveis	13	16	1.864	2.597
Ações judiciais trabalhistas	157	90	318	101
Ações judiciais fiscais	1.898	1.898	-	-
Obrigações legais - fiscal	247.753	220.693	249.874	220.540
Total	249.821	222.697	252.056	223.238

As contingências cíveis referem-se, basicamente, a: (i) questões relativas a sorteios e; (ii) questões relativas ao valor de resgates e devoluções.

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas e depositadas judicialmente independentemente da avaliação quanto à probabilidade de perda e referem-se, basicamente, a discussões de: (i) alargamento da base de tributação do PIS e COFINS; (ii) aumento da alíquota da CSLL.

9.1 Segregação em função da probabilidade de perda

	31/12/2018			31/12/2017		
	Remota	Possível	Provável	Remota	Possível	Provável
Cíveis	1.578	1.055	1.864	4.497	-	-
Trabalhistas	-	1.636	318	1.954	-	-
Fiscais	-	1.898	-	1.898	-	-
Total	1.578	4.589	2.182	8.349	-	-
	31/12/2017			31/12/2017		
	Remota	Possível	Provável	Remota	Possível	Provável
Cíveis	3.104	3.849	2.597	9.550	-	-
Trabalhistas	-	791	101	892	-	-
Fiscais	-	1.898	-	1.898	-	-
Total	3.104	6.538	2.698	12.340	-	-

9.2 Movimentação das contingências

	Saldo				Atualizações e juro				
	31/12/2017	Adições	Reversões	Baixas	31/12/2018	31/12/2017	Adições	Reversões	Baixas
Contingências cíveis	2.597	263	(1.074)	178	1.864	(100)	-	-	-
Contingências trabalhistas	101	231	-	(15)	318	-	-	-	-
Obrigações legais - fiscal	220.540	29.334	-	-	249.874	-	-	-	-

10. Provisões técnicas

10.1 Abertura e movimentação das provisões técnicas

	Provisão matemática para capitalização	Provisão para resgates	Total das provisões para resgates	Provisão para sorteios a realizar	Provisão para sorteios a pagar	Total das provisões para sorteios	Demais provisões	Total
Saldo em 31/12/2017	1.978.607	442.505	2.421.112	50.937	4.356	55.293	9.743	2.486.148
Constituição de provisão	1.156.482	-	1.156.482	48.594	34.230	82.824	119.335	1.358.641
Cancelamento de títulos ou reversão de provisão	(14.432)	(2.056)	(16.488)	(38.276)	-	(38.276)	(118.749)	(173.513)
Encargos financeiros sobre provisões	86.160	79	86.239	1.054	-	1.054	-	87.293
Solicitações de resgates antecipados	(467.462)	467.462	-	-	-	-	-	-
Prescrição de títulos	-	(37.590)	(37.590)	-	(322)	(322)	-	(37.912)
Vencimento de títulos	(563.706)	563.706	-	-	-	-	-	-
Reativação de títulos	2.692	(2.554)	138	-	-	-	-	138
Revenda de títulos	-	(168.042)	(168.042)	-	-	-	-	(168.042)
Pagamentos efetuados	-	(855.877)	(855.877)	-	(34.303)	(34.303)	-	(890.180)
Outras movimentações de provisões	-	(19.234)	(19.234)	-	-	-	-	(19.234)
Saldo em 31/12/2018	2.178.341	388.399	2.566.740	62.309	3.961	66.270	10.329	2.643.339

10.2 Garantia das provisões técnicas

A composição da garantia das provisões técnicas em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisões técnicas Total a ser coberto	2.643.339	2.486.148
Total dos ativos garantidores:	3.013.581	2.930.554
Títulos da dívida pública	2.678.735	2.346.115
Letra financeira	-	39.079
Quotas de outros fundos financeiros	334.846	545.361
Suficiência de cobertura	370.241	444.407

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 8.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

11.2 Reservas de lucros

a. Reserva legal - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 20.348 (2017 - R\$ 13.231).

b. Reserva de retenção de lucros - é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo mínimo e a reserva legal. A Assembleia Geral Ordinária deliberou sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital (Nota Explicativa N° 19), reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 101.419 (2017 - R\$ 210.431).

11.3 Dividendos

Aos acionistas, é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido do exercício, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes provisionados estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	142.342	135.749
(-) Reserva Legal	(7.117)	(6.787)
Base de cálculo de dividendos	135.225	128.962
Dividendo mínimo - 25%	33.806	32.240
Total provisionado de dividendos propostos	33.806	32.240

12. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. (Controladora direta), Caixa Seguros Holding S.A. (Controladora indireta), CNP Assurances (Controladora da Caixa Seguros Holding S.A.), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da Caixa Seguros Holding S.A.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.), as demais empresas identificadas são Controladas e Coligadas de sua Controladora direta ou indireta, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

As transações com partes relacionadas são realizadas a preços, prazos e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros em condições semelhantes.

Os saldos relativos às operações realizadas com partes relacionadas podem ser demonstrados como segue:

	31/12/2018				31/12/2017			
	Ativos	(Passivos)	Receitas	(Despesas)	Ativos	(Passivos)	Receitas	(Despesas)
Disponibilidades:								
Caixa Econômica Federal	5.421	-	-	-	3.261	-	-	-
Dividendos								
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP	-	(8.283)	-	-	-	(7.899)	-	-
Icatu Seguros S. A.	-	(8.283)	-	-	-	(7.899)	-	-
Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda	-	(17.240)	-	-	-	(16.442)	-	-
Juros sobre capital próprio								
Contribuições para plano de previdência privada								
Caixa Vida e Previdência S.A.	-	-	-	(454)	-	-	-	(433)
Contribuições para plano de saúde								
Caixa Seguros Saúde	-	-	-	(670)	-	-	-	(649)
Prestação de serviços e reembolsos:								
Caixa Seguradora S.A. (i)	665	(2.329)	-	(20.589)	985	(1.327)	-	(16.079)
Caixa Vida e Previdência S.A. (ii)	-	-	-	-	1	-	-	-
Caixa Econômica Federal (iii)	-	(4.337)	-	(41.164)	-	(1.616)	-	(28.562)
Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A.	-	(1.468)	-	(19.725)	-	(794)	-	(7.782)
Títulos de capitalização								
Caixa Seguradora S.A.	-	(16.001)	34.237	(17.365)	-	(14.971)	31.375	(16.175)
Caixa Vida e Previdência S.A.	-	(21)	-	-	-	(30)	-	-
Companhia de Seg								

☆ continuação

CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 01.599.296/0001-71

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda
Resultado antes dos tributos e após participações	260.252	260.252	251.818	251.818
Base de cálculo	260.252	260.252	251.818	251.818
Taxa nominal do tributo	20,00%	25,00%	20,00%	25,00%
Tributos calculado a taxa nominal	(52.050)	(65.063)	(50.364)	(62.955)
Ajustes do lucro real	6.420	6.420	(4.257)	(4.257)
Ajustes temporários diferidos	894	(5.143)	21.133	5.977
Total dos ajustes a base de cálculo	7.314	1.277	16.876	1.720
Tributos sobre os ajustes	(1.463)	(319)	(3.375)	(430)
Efeito do adicional de IR e incentivos fiscais		985		1.055
Despesa contabilizada	(53.513)	(64.397)	(53.739)	(62.330)
Taxa efetiva	20,56%	25,04%	21,34%	25,04%

15. Participação nos lucros
A participação nos lucros, devida aos empregados, está definida no Estatuto da Companhia e limitada a 5% do lucro apurado do exercício, depois de deduzidos os ajustes nos lucros acumulados e apuração do imposto de renda e a contribuição social.
O valor contabilizado no exercício de 2018 foi de R\$ 1.104 (R\$ 1.050 em 31 de dezembro de 2017) ficou dentro do limite estabelecido no Estatuto e foi calculado conforme regras firmadas através de acordo feito com o sindicato da categoria. Os ajustes dessas provisões são feitos, quando necessários, no exercício subsequente, em função das decisões da Assembleia Geral Ordinária.

16. Plano de previdência patrocinado
A Companhia é copatrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Preinvest*) contratado junto à coligada Caixa Vida e Previdência S.A.. O *Preinvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.
Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado. Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições

espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou contribuições no montante de R\$ 454 (R\$ 433 em 31 de dezembro de 2017).

17. Adequação de capital
A seguir apresentamos os valores de: i) Patrimônio líquido ajustado; ii) Capital base; iii) Capital adicional e suas parcelas; iv) Capital mínimo requerido; e v) Suficiência de capital:

	31/12/2018	31/12/2017
a) Patrimônio líquido ajustado		
1 - Patrimônio Líquido	340.008	448.545
2 - Ajuste Deduções Contábeis	(31.638)	(395)
3 - Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros (MTM)	7.731	13.786
8 - Superávit entre provisões exatas constituídas e fluxo realista - capitalização	61.766	43.321
Patrimônio líquido ajustado (1+2+3+4+5+6+7+8)	377.867	505.257
b) Capital base e capital adicional		
Capital base	10.800	10.800
Capital adicional de risco de crédito	12.192	21.122
Capital adicional de risco de subscrição	48.701	33.184
Capital adicional de risco de mercado	89.372	64.968
Capital adicional de risco de operação	3.923	3.192
Capital adicional total	110.693	83.129
Capital de risco (CR)	121.493	93.929
Capital mínimo requerido (CMR)	121.493	93.929
Suficiência	256.374	411.329
Suficiência de margem - 20% sobre CR	24.299	18.786

18. Comitê de auditoria
O Comitê de Auditoria - Resolução CNSP nº 321/15 está constituído na Caixa Seguros Holding S.A. (Controladora).

19. Outras informações
A Lei nº 13.169/15 majorou de 15% para 20% a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. Assim, a partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota da referida contribuição retornará para 15%.

Conselho de Administração

Gabriela Susana Ortiz de Rozas - Presidente José Henrique Marques da Cruz Luciano Snel Corrêa Patrick Antônio C. de Larragoiti Lucas Luis Francisco Monteiro de Barros Neto

Diretoria Executiva

Dominique Jean Daniel Dieuzaide
Diretor Presidente

Ryvo Matias Pires dos Santos
Diretor Superintendente

Marco Antonio Barbosa Pires
Contador - CRC DF 014151/O-6

Leticia Torres Gomes Rios
Atuário - MIBA nº 1886

Contador

Atuário

Parecer do Conselho Fiscal

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2018 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da PwC, os membros do Conselho Fiscal da Caixa Capitalização S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas."

Brasília, 19 de fevereiro de 2019

Alfredo Moreira Soares - Membro do Conselho Fiscal
Humberto Cavalcante Lacerda - Membro do Conselho Fiscal
Mário José Gonzaga Petrelli - Membro do Conselho Fiscal

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Acionistas e Administradores da Caixa Capitalização S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da **Caixa Capitalização S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Caixa Capitalização S.A.** em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros do FIP referentes à Movimentação dos Títulos de Capitalização, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Sociedade um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2019.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.

Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira
MIBA 729

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Caixa Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Capitalização S.A. (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 25P000160/O-5

Luiz Antonio Fossa
Contador - CRC 1SP196161/O-8

